



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

TERMO DE CONTRATO Nº 467/2026-DLCA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VISEU/PA, ATRAVÉS DO do FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU-FUNDEB E A EMPRESA AUTO PARABRISA LTDA
Processo Administrativo nº 2026.02.20.001 / Pregão Eletrônico nº 008/2026

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo o Município de VISEU, através do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU-FUNDEB, CNPJ 30.879.826/0001-33, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pela Secretária Municipal de Educação Sr.^a ÂNGELA LIMA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 3002103 SSP/PA e do CPF Nº 674.XXX.XXX-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa AUTO PARABRISA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.493.152/0001-15, com sede na Avenida João Paulo II Nº 1579 Bairro: Garrafão CEP: 68.702-013 Capanema-PA, E-mail: grupoautoparabrisa@gmail.com, neste ato representado pela Sr.^a CLAUDIA MARIA DA COSTA NOGUEIRA, portadora do RG nº 2333494 PC/PA e CPF nº 716.xxx.xxx-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; tem entre si justo e acordado o presente contrato administrativo, que regerá pelas seguintes cláusulas e condições, bem como pelas normas da Lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 006/2024 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Peças e acessórios de Ônibus visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização da Educação de Viseu-Fundeb, que compõem a esfera administrativa do Município de Viseu/PA, nas condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital do pregão eletrônico nº 008/2026-SRP, que integra o presente instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Os itens objeto desta contratação, com suas respectivas especificações e quantitativos, estão descritos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	BICO INJETOR DO MOTOR ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012 - (COTA RESERVADA)	DAP GENUINE PARTS	UNI	1	R\$ 2.170,00	R\$ 2.170,00
27	BIELA MOTOR MB MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	METAL LEVE	UNI	5	R\$ 684,00	R\$ 3.420,00
28	BLOCO MOTOR MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	MWM	UNI	2	R\$ 9.341,00	R\$ 18.682,00
31	BLOCO MOTOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012 - (COTA PRINCIPAL)	MWM	UNI	4	R\$ 17.782,00	R\$ 71.128,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

32	BLOCO MOTOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012 - (COTA RESERVADA)	MWM	UNI	1	R\$ 17.782,00	R\$ 17.782,00
33	BLOCO MOTOR MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	MWM	UNI	1	R\$ 10.433,00	R\$ 10.433,00
34	BLOCO MOTOR MWM MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O ANO 2020	MWM	UNI	2	R\$ 16.516,00	R\$ 33.032,00
35	BOLSAS DE SUSPENÇÃO PNEUMÁTICA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	SUSPENTECH	UNI	3	R\$ 945,00	R\$ 2.835,00
36	BOLSAS DE SUSPENÇÃO PNEUMÁTICA MICROONIBUS ÔNIBUS VW/NEOBUS TH O	SUSPENTECH	UNI	7	R\$ 991,00	R\$ 6.937,00
37	BOMBA EMBREAGEM SUSPENÇÃO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	IVECO ORIGINAL	UNI	3	R\$ 1.012,00	R\$ 3.036,00
38	BOMBA EMBREAGEM INF. MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O ANO 2020	IVECO ORIGINAL	UNI	5	R\$ 1.072,00	R\$ 5.360,00
39	BOMBA HIDRÁULICA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	INDISA	UNI	3	R\$ 1.616,00	R\$ 4.848,00
40	BOMBA D'ÁGUA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	INDISA	UNI	2	R\$ 635,00	R\$ 1.270,00
81	CAIXA DE MACHA ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012 - (COTA PRINCIPAL)	RECON	UNI	2	R\$ 20.387,00	R\$ 40.774,00
82	CAIXA DE MACHA ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012 - (COTA RESERVADA)	RECON	UNI	1	R\$ 20.387,00	R\$ 20.387,00
87	CARCAÇA DE EIXO TRASEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	AGRALE	UNI	2	R\$ 5.359,00	R\$ 10.718,00
88	CARCAÇA DE EIXO TRASEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	AGRALE	UNI	2	R\$ 5.359,00	R\$ 10.718,00
89	CARCAÇA DE EIXO TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	AGRALE	UNI	1	R\$ 5.359,00	R\$ 5.359,00
90	CARCAÇA EMBREAGEM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	AGRALE	UNI	2	R\$ 2.725,00	R\$ 5.450,00
92	CARCAÇA EMBREAGEM MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	AGRALE	UNI	7	R\$ 2.725,33	R\$ 19.077,31
93	CARDAM COMPLETO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	IVECO	UNI	2	R\$ 2.526,75	R\$ 5.053,50
97	CARDAM COMPLETO ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012	SCHULZ ORIGINAL	UNI	3	R\$ 3.076,79	R\$ 9.230,37
98	CATRACA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	SCHULZ ORIGINAL	UNI	3	R\$ 557,60	R\$ 1.672,80
99	CATRACA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO ANO 2012	SCHULZ ORIGINAL	UNI	11	R\$ 476,71	R\$ 5.243,81



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

100	CATRACA DE FREIO DIANTEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009- 2012	SCHULZ ORIGINAL	UNI	7	R\$ 664,85	R\$ 4.653,95
121	CONEXÃO DE ENGATE RAPIDO DA MANGUEIRA DE AR 10MM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	HVC SOLUTION	UNI	2	R\$ 57,41	R\$ 114,82
123	CONEXÃO DE ENGATE RAPIDO DA MANGUEIRA DE AR 12MM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	HVC SOLUTION	UNI	2	R\$ 57,41	R\$ 114,82
141	CORREIA DO ALTERNADOR IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	ORIGINAL DAYCO	UNI	7	R\$ 215,74	R\$ 1.510,18
147	COXIM DO MOTOR DIANTEIRO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	REI	UNI	10	R\$ 574,31	R\$ 5.743,10
148	COXIM DO MOTOR DIANTEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	REI	UNI	1	R\$ 652,05	R\$ 652,05
149	COXIM DO MOTOR DIANTEIRO MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	REI	UNI	5	R\$ 583,60	R\$ 2.918,00
151	COXIM DO MOTOR TRASEIRO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	REI	UNI	10	R\$ 616,81	R\$ 6.168,10
153	COXIM DO MOTOR TRASEIRO MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	REI	UNI	5	R\$ 674,35	R\$ 3.371,75
155	CRUZETA DO CARDAM MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	MERITOR	UNI	7	R\$ 438,26	R\$ 3.067,82
156	CRUZETA DO CARDAN MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO ANO 2020	MERITOR	UNI	7	R\$ 373,24	R\$ 2.612,68
157	CRUZETA DO CARDAN MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	MERITOR	UNI	16	R\$ 295,74	R\$ 4.731,84
159	CRUZETA DO DIFERENCIAL MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	MERITOR	UNI	2	R\$ 409,82	R\$ 819,64
160	CRUZETA DO DIFERENCIAL MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	MERITOR	UNI	15	R\$ 381,87	R\$ 5.728,05
201	FAROL DIREITO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NEOBUS	UNI	5	R\$ 1.083,00	R\$ 5.415,00
202	FAROL ESQUERDO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NEOBUS	UNI	2	R\$ 1.068,00	R\$ 2.136,00
203	FAROL ESQUERDO MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	NEOBUS	UNI	4	R\$ 905,00	R\$ 3.620,00
214	FEIXE DE MOLA TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	AESA	UNI	2	R\$ 3.452,00	R\$ 6.904,00
215	FLANGE DO CARDAN MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	AGRALE	UNI	4	R\$ 598,00	R\$ 2.392,00
216	HÉLICE DO RADIADOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	CIC PEÇAS	UNI	5	R\$ 728,00	R\$ 3.640,00
217	HÉLICE DO RADIADOR MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	CIC PEÇAS	UNI	3	R\$ 730,00	R\$ 2.190,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

218	HÉLICE DO RADIADOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	CIC PEÇAS	UNI	3	R\$ 1.031,00	R\$ 3.093,00
219	HIDROVACUO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	BOSCH	UNI	1	R\$ 1.390,00	R\$ 1.390,00
230	JG DE JUNTA DO MOTOR COMPLETO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	MWM	UNI	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00
261	LANTERNAS LATERAIS ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	FLY	UNI	5	R\$ 233,28	R\$ 1.166,40
262	LONA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	LONAFLEX	UNI	5	R\$ 495,71	R\$ 2.478,55
263	LONA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	LONAFLEX	UNI	5	R\$ 440,00	R\$ 2.200,00
264	LONA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	LONAFLEX	UNI	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
265	LONA DE FREIO DIANTEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	LONAFLEX	UNI	17	R\$ 544,00	R\$ 9.248,00
266	LONA DE FREIO TRASEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	LONAFLEX	UNI	13	R\$ 550,00	R\$ 7.150,00
269	LONA DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	LONAFLEX	UNI	8	R\$ 420,00	R\$ 3.360,00
270	LUVA DO CARDAM MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	MECPAR	UNI	4	R\$ 557,70	R\$ 2.230,80
271	LUVA DO CARDAM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	MECPAR	UNI	3	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
272	MACACO 15TON. ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	CINOY	UNI	3	R\$ 1.020,00	R\$ 3.060,00
273	MANETE DE FREIO DE MÃO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	KNORR	UNI	2	R\$ 669,66	R\$ 1.339,32
274	MANETE DE FREIO ESTACIONARIO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009- 2012	KNORR	UNI	3	R\$ 720,00	R\$ 2.160,00
275	MANGOTE DO INTERCULE MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	ARREFECE ABC	UNI	3	R\$ 540,00	R\$ 1.620,00
276	MANGOTE DO RADIADOR INFERIOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	ARREFECE ABC	UNI	3	R\$ 410,00	R\$ 1.230,00
277	MANGOTE DO RADIADOR INFERIOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009- 2012	ARREFECE ABC	UNI	4	R\$ 590,00	R\$ 2.360,00
278	MANGOTE DO RADIADOR SUPERIOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	ARREFECE ABC	UNI	3	R\$ 390,00	R\$ 1.170,00
279	MANGOTE DO RADIADOR SUPERIOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009- 2012	ARREFECE ABC	UNI	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00
280	MANGUEIRA DE AR 6MM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	AGRALE	UNI	2	R\$ 240,00	R\$ 480,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

321	PATINS DE FREIO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	MOMAG	UNI	5	R\$ 460,00	R\$ 2.300,00
322	PATINS DE FREIO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	MOMAG	UNI	8	R\$ 915,00	R\$ 7.320,00
323	PEDAL DO ACELERADOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	IVECO	UNI	2	R\$ 2.630,00	R\$ 5.260,00
324	PINÇA DE FREIO DIANTEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	MGFREIOS	UNI	10	R\$ 1.540,00	R\$ 15.400,00
325	PINÇA DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	MGFREIOS	UNI	10	R\$ 2.020,00	R\$ 20.200,00
326	PINO DO FEIXO DE MOLA DIANTEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009- 2012	FAMA	UNI	10	R\$ 102,00	R\$ 1.020,00
327	PINO DO FEIXO DE MOLA TRASEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009- 2012	FAMA	UNI	8	R\$ 105,00	R\$ 840,00
328	PISCA DIANTEIRO DIREITO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	PRADOLUX	UNI	4	R\$ 208,00	R\$ 832,00
329	PISCA DIANTEIRO DIREITO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	PRADOLUX	UNI	4	R\$ 170,00	R\$ 680,00
330	PISCA DIANTEIRO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD ANO 2009-2012	PRADOLUX	UNI	2	R\$ 168,00	R\$ 336,00
333	PISCA TRASEIRO DIREITO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	PRADOLUX	UNI	4	R\$ 202,00	R\$ 808,00
334	PISCA TRASEIRO ESQUERDO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	PRADOLUX	UNI	2	R\$ 202,00	R\$ 404,00
335	PISCA TRASEIRO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	PRADOLUX	UNI	4	R\$ 202,00	R\$ 808,00
336	PIVÔ INFERIOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO - 2011-2012	VIEMAR	UNI	2	R\$ 210,00	R\$ 420,00
337	PIVÔ SUPERIOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	VIEMAR	UNI	3	R\$ 270,00	R\$ 810,00
338	POLIA DO ALTERNADOR MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	TRIADE	UNI	2	R\$ 230,00	R\$ 460,00
339	PONT. DESL. DO CARDAM MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO -ANO 2020	TRIADE	UNI	2	R\$ 790,00	R\$ 1.580,00
381	RESERVATORIO DE AGUA DO RADIADOR MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	RESERPLAST IC	UNI	2	R\$ 590,00	R\$ 1.180,00
382	RESERVATORIO DO RADIADOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS ANO 2011-2012	RESERPLAST IC	UNI	2	R\$ 545,00	R\$ 1.090,00
383	RESERVATORIO DO RADIADOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	RESERPLAST IC	UNI	3	R\$ 720,00	R\$ 2.160,00
384	RETENTOR DO PINHÃO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	AGRALE	UNI	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00
385	RETENTORES DO MOTOR MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	AGRALE	UNI	5	R\$ 295,00	R\$ 1.475,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

386	RETENTORES DO MOTOR MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	AGRALE	UNI	4	R\$ 380,00	R\$ 1.520,00
387	RETENTORES DOS CUBOS DE RODAS MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	AGRALE	UNI	2	R\$ 230,00	R\$ 460,00
388	RETENTORES DOS CUBOS DE RODAS MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O – ANO 2020	AGRALE	UNI	7	R\$ 280,00	R\$ 1.960,00
389	RODA ARO 20 MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	NEOBUS	UNI	7	R\$ 1.530,00	R\$ 10.710,00
390	RODA ARO 20 ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	NEOBUS	UNI	4	R\$ 1.530,00	R\$ 6.120,00
391	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA MICROONIBUS IVECO - ANO 2012	COBRA	UNI	14	R\$ 380,00	R\$ 5.320,00
392	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA MICROONIBUS MINIESC - ANO 2020	COBRA	UNI	8	R\$ 465,00	R\$ 3.720,00
393	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	COBRA	UNI	5	R\$ 570,00	R\$ 2.850,00
394	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESSO - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 530,00	R\$ 1.060,00
395	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	COBRA	UNI	23	R\$ 480,00	R\$ 11.040,00
396	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	COBRA	UNI	13	R\$ 360,00	R\$ 4.680,00
397	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	COBRA	UNI	7	R\$ 560,00	R\$ 3.920,00
398	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 505,00	R\$ 1.010,00
399	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O – ANO 2020	COBRA	UNI	7	R\$ 470,00	R\$ 3.290,00
400	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRA ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	COBRA	UNI	7	R\$ 430,00	R\$ 3.010,00
401	ROLAMENTO DO ALTERNADOR MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 380,00	R\$ 760,00
403	ROLAMENTO DO CARDAM C/SUORTE MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 570,00	R\$ 1.140,00
404	ROLAMENTO DO CARDAM C/SUORTE MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	COBRA	UNI	28	R\$ 390,00	R\$ 10.920,00
405	ROLAMENTO DO CARDAM C/SUORTE MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	COBRA	UNI	8	R\$ 570,00	R\$ 4.560,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

406	ROLAMENTO DO CARDAM C/SUPORTE MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 530,00	R\$ 1.060,00
407	ROLAMENTO DO CARDAM C/SUPORTE ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	COBRA	UNI	11	R\$ 570,00	R\$ 6.270,00
409	ROLAMENTO DO TENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	COBRA	UNI	16	R\$ 420,00	R\$ 6.720,00
410	ROLAMENTO DOS CUBOS DE RODAS DIANTEIRA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	COBRA	UNI	2	R\$ 960,00	R\$ 1.920,00
424	SETOR DE DIREÇÃO HIDRAULICO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	GENUINE AUTOMOTIV E	UNI	2	R\$ 400,00	R\$ 800,00
441	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	VOLKSWAN GEN	UNI	2	R\$ 1.653,26	R\$ 3.306,52
442	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO MICROONIBUS VW/NEOBUS TH O - ANO 2020	VOLKSWAN GEN	UNI	3	R\$ 1.690,00	R\$ 5.070,00
443	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012 - (COTA PRINCIPAL)	VOLKSWAN GEN	UNI	20	R\$ 1.710,00	R\$ 34.200,00
445	TAMPA DE CAIXA DE MARCHA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	VOLKSWAN GEN	UNI	7	R\$ 2.370,00	R\$ 16.590,00
446	TAMPA DE CAIXA DE MARCHA MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	VOLKSWAN GEN	UNI	1	R\$ 2.370,00	R\$ 2.370,00
447	TAMPA DE CAIXA DE MARCHA MICROONIBUS MPOLO/VOLARE ACCESS EO - ANO 2020	VOLKSWAN GEN	UNI	2	R\$ 2.370,00	R\$ 4.740,00
448	TANQUE DE COMBUSTIVEL ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	BEPO	UNI	2	R\$ 2.431,00	R\$ 4.862,00
449	TENSOR DA CORREIA DO ALTERNADOR MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	NACIONAL	UNI	2	R\$ 475,00	R\$ 950,00
450	TERMINAL DA BARRA DO ESTABILIZADOR MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	NACIONAL	UNI	4	R\$ 360,00	R\$ 1.440,00
451	TERMINAL DE DIREÇÃO DIREITA ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	DRIVEWAY	UNI	2	R\$ 280,00	R\$ 560,00
452	TERMINAL DE DIREÇÃO DIREITO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	DRIVEWAY	UNI	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00
453	TERMINAL DE DIREÇÃO DIREITO MICROONIBUS MARCOPOLLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	DRIVEWAY	UNI	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
454	TERMINAL DE DIREÇÃO ESQUERDO MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	DRIVEWAY	UNI	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

455	TERMINAL DE DIREÇÃO ESQUERDO MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	DRIVEWAY	UNI	2	R\$ 301,00	R\$ 602,00
456	TERMINAL DE DIREÇÃO ESQUERDO ONIBUS VW/15.190 EOD - ANO 2009-2012	DRIVEWAY	UNI	1	R\$ 295,00	R\$ 295,00
457	TORSÃO DE SUSPENSÃO DIANTEIRA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	DRIVEWAY	UNI	2	R\$ 1.160,00	R\$ 2.320,00
458	TURBINA DO MOTOR MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO - ANO 2012	ALTECH TURBO	UNI	2	R\$ 2.065,00	R\$ 4.130,00
459	TURBINA MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS - ANO 2011-2012	ALTECH TURBO	UNI	1	R\$ 3.219,00	R\$ 3.219,00
TOTAL						R\$ 687.654,18

1.3 São partes integrantes deste instrumento, como se nele transcrito estivessem: (a) O Termo de Referência que embasou a contratação; (b) o edital simplificado Pregão Eletrônico e seus anexos; (c) A Proposta do Contratada; e (d) a Ata de Registro de Preços nº 455/2026-DLCA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 O valor total do presente Contrato é de R\$ 687.654,18 (Seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), nele estão incluídas todas as despesas ordinárias e extraordinárias decorrentes da execução do objeto, entre as quais tributos e impostos de qualquer natureza, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, taxa de administração, frete, seguro, embalagem e demais custos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

2.2. A despesa decorrente deste instrumento correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Exercício 2026

0909 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – FUNDEB

12 361 0019 2.035 MNUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DOTRANSORTE ESCOLAR - FDB

12 361 0019 2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL 30% ZONA URBANA

12 361 0019 2.038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL 30% ZONA RURAL

12 365 0022 2.040 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO EDUCAÇÃO BASIC INFANTIL 30% - ZONA URBANA

12 365 0022 2.042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO EDUCAÇÃO BASICA INFANTIL 30% - ZONA RURAL

3.3.90.30.00 Material de consumo

2.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO

3.1. O presente Contrato vincula-se ao Processo Administrativo nº 2026.02.20.001, à modalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Pregão Eletrônico nº 008/2026 e à Ata de Registro de Preços nº 455/2026-DLCA, fundamentando-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 1º de abril de 2023, no Decreto Municipal nº 06/2024, Lei Municipal 632/2026 e nas demais normas federais e municipais aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 4.1. O prazo de vigência deste Contrato será 147 (cento e quarenta e sete) dias, com início em 06/08/2026 e término em 31/12/2026, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa do Município e ao registro no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do art. 94 c/c art. 174 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica circunstanciada, autorização da autoridade competente e disponibilizada de crédito orçamentário.

CLAUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DOS PRAZOS DE ENTREGA

- 5.1. Os produtos desta contratação deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Viseu/PA, durante o horário de expediente da Administração.
- 5.2. O recebimento provisório dos produtos será realizado, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da entrega, pelo(a) fiscal técnico(a) do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade, quantidade e regularidade fiscal da CONTRATADA, consubstanciado em termo circunstanciado lavrado pela fiscalização, conforme dispõe o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4. Na hipótese de a verificação prevista no subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, o recebimento provisório converter-se-á em definitivo no dia do esgotamento do prazo, nos termos do § 4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.5. Os produtos fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação escrita expedida pela fiscalização, às suas exclusivas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.6. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original, lacrada, com identificação do fabricante, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente, em especial as Resoluções da ANVISA aplicáveis ao objeto.
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos produtos fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- I) Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme previsto neste Contrato e seus anexos;
- II) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- III) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos produtos fornecidos, para substituição, reparo ou correção, no todo ou em parte, as expensas da CONTRATADA;
- IV) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, mediante designação formal de fiscal técnico e fiscal administrativo nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- V) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento desde que cumpridas as exigências formais e materiais para tanto;
- VI) Aplicar as sanções administrativas motivadas pela inexecução total ou parcial deste Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõem os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021;
- VII) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, especialmente nos casos de inadimplemento reiterado;
- VIII) Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste Contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou protelatórios;
- IX) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

- I) Entregar os produtos no prazo, local, quantidade e qualidade especificados no Termo de Referência e neste instrumento, assumindo integral responsabilidade pela sua conformidade;
- II) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, conforme os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais;
- III) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega estabelecida, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, mediante comprovação documental, sujeito à análise discricionária da Administração;
- IV) Substituir, às suas expensas, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da notificação expedida pelo fiscal do contrato, os produtos que apresentem vícios, defeitos, prazo de validade vencido ou divergências com as especificações contratadas;
- V) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos e informações por eles solicitados, em conformidade com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

art. 137, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

VI) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021;

VII) Apresentar, previamente a cada pagamento, quando não possível a verificação no SICAF, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária especificados no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam: Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Conjunta Federal e Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade Estadual e Certidão de Regularidade Municipal;

VIII) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica ou em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho aplicável às categorias abrangidas pelo objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

IX) Guardar absoluto sigilo sobre todas as informações e dados obtidos em decorrência da execução deste Contrato, inclusive dados sensíveis de pacientes da rede pública de saúde, sob pena de responsabilização civil e administrativa, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

X) Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo autorização expressa e prévia do CONTRATANTE;

XI) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, ressalvados os eventos tipificados no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021;

XII) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

XIII) Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste instrumento;

XIV) Não veicular publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

XV) Adotar e manter, durante a execução do contrato, programa de integridade empresarial compatível com as normas e orientações dos órgãos de controle, observando as diretrizes da Lei Federal nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção.

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I) A subcontratação do objeto contratual a empresa que tenha participado, direta ou indiretamente, da elaboração do Termo de Referência ou de outros documentos da fase interna do certame;

II) A prática de qualquer ato que vise fraudar, adulterar ou comprometer a qualidade dos produtos fornecidos ou os fins públicos desta contratação;

III) Comportar-se de modo inidôneo, praticar fraude de qualquer natureza ou cometer atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATANTE por ato formal específico, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem que tal acompanhamento implique corresponsabilidade do CONTRATANTE pelos atos da CONTRATADA ou redução de sua responsabilidade pela perfeita execução das obrigações assumidas.

- 8.2. O fiscal técnico do contrato verificará a conformidade dos produtos entregues com as especificações do Termo de Referência, o prazo de validade, a integridade das embalagens, as condições de armazenamento e todos os demais requisitos técnicos estabelecidos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.
- 8.3. O fiscal administrativo do contrato verificará o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais exigências habilitatórias da CONTRATADA ao longo da execução do ajuste.
- 8.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores hierárquicos, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma do art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos produtos e da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente indicada pela CONTRATADA.
- 9.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista vigentes, conforme previsto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente: (a) prazo de validade; (b) data de emissão; (c) dados deste Contrato e do órgão CONTRATANTE; (d) período de execução; (e) valor a pagar; (f) eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.
- 9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras necessárias, sem que o CONTRATANTE incorra em qualquer penalidade moratória.
- 9.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas e aceitas, ou se a CONTRATADA encontrar-se em situação irregular perante qualquer dos cadastros oficiais.
- 9.6. Previamente à emissão de cada nota de empenho e a cada pagamento, a Administração realizará consulta ao SICAF ou a sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação e identificar possíveis ocorrências impeditivas indiretas, conforme determina o art. 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Constatada a irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa. Mantida a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as providências previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, inclusive as relativas à extinção contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 9.8. O CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias devidas sobre os pagamentos, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável.
- 9.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não estará sujeita à retenção de impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionando-se o benefício à apresentação de comprovação documental de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.
- 9.10. Em nenhuma hipótese poderão ser deduzidas, do montante a ser pago, quaisquer despesas ou encargos não previstos expressamente neste instrumento ou no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que embasou o certame, ressalvados os casos de desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovados nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços contratados serão reajustados, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, independentemente de pedido da CONTRATADA.
- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste efetivado.
- 10.4. Caso o IPCA venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, adotar-se-á, em substituição, o índice determinado pela legislação então vigente ou, na omissão desta, o índice oficial que mais se aproxime de sua natureza, mediante celebração de Termo Aditivo.
- 10.5. O reajuste não configurará novação, nem alterará o objeto contratual, não dispensando o procedimento de apostilamento ou de celebração de Termo Aditivo, conforme a hipótese, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 11.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por meio de Termo Aditivo precedido de justificativa técnica circunstanciada e de autorização da autoridade competente.
- 11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto contratual, implicar modificação de cláusulas econômico-financeiras sem reequilíbrio ou aumentar os encargos da CONTRATADA além dos limites legais.
- 11.4. Eventual equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, deverá ser requerido pela parte interessada mediante petição fundamentada e acompanhada de planilha de custos demonstrativa da variação de preços alegada, cujo deferimento é discricionário da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Fica facultado ao CONTRATANTE exigir da CONTRATADA, na assinatura deste instrumento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, conforme dispõe o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido artigo: (a) caução em dinheiro; (b) títulos da dívida pública federal; (c) seguro-garantia; ou (d) fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

- 12.2. A garantia, se exigida, deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, podendo ser substituída pela CONTRATADA por outra modalidade prevista no subitem anterior, mediante comunicação prévia ao CONTRATANTE.
- 12.3. O CONTRATANTE poderá executar a garantia na forma prevista na legislação que rege a espécie, em especial: (a) para ressarcir prejuízos causados pelo inadimplemento da CONTRATADA; (b) para cobrir multas e penalidades aplicadas; (c) para cobrir obrigações trabalhistas e previdenciárias não honradas pela CONTRATADA.
- 12.4. A garantia será liberada no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, desde que cumpridas integralmente as obrigações assumidas pela CONTRATADA e ausentes pendências de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- I) Der causa à inexecução parcial do objeto deste Contrato;
 - II) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III) Der causa à inexecução total do contrato;
 - IV) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação ou durante sua execução;
 - V) Não manter as condições de habilitação durante a execução contratual, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021;
 - VI) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa na execução do contrato;
 - VII) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
 - VIII) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - IX) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação;
 - X) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Às infrações descritas no subitem anterior serão aplicadas, de forma motivada e proporcional, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- I) ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de inexecução parcial de obrigações de menor gravidade, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
 - II) MULTA MORATÓRIA de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias, após o que poderá ser convertida em multa compensatória, nos termos da alínea 'a' do inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
 - III) MULTA COMPENSATÓRIA de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, cumulável com as demais penalidades cabíveis, conforme art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

IV) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

V) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX e X do subitem 13.1, ou quando justificada a imposição de sanção de maior gravidade, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

- 13.3. Na aplicação das sanções previstas nesta Cláusula, serão considerados os seguintes fatores, conforme dispõe o art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021: (I) a natureza e a gravidade da infração; (II) as peculiaridades do caso concreto; (III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; (IV) os danos causados ao CONTRATANTE; e (V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. Antes da aplicação de multa será assegurado à CONTRATADA prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.5. Se a multa aplicada, isoladamente ou cumulada com outras penalidades, for superior ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.
- 13.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade realizar-se-á em processo administrativo específico, que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto nos arts. 158 e 159 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.7. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE, conforme dispõe o art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.
- 13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, caso em que todos os efeitos das sanções aplicadas serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, na forma estabelecida no art. 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante o ressarcimento dos prejuízos causados e após o cumprimento dos demais requisitos legais.
- 13.11. Os atos tipificados como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam configurados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. Este Contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação do ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 14.2. Constituem motivos para extinção contratual, além dos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021: (a) o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste instrumento; (b) o atraso injustificado no início ou na conclusão do fornecimento; (c) a subcontratação não autorizada; (d) o cometimento de irregularidades que comprometam a regular execução do objeto; e (e) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA.
- 14.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de: (a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; (b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e (c) indenizações e multas devidas por qualquer das partes.
- 14.4. Aplicam-se à extinção contratual as disposições dos arts. 138, 139 e 150 da Lei nº 14.133/2021, assegurado ao CONTRATANTE o direito de aplicar as penalidades cabíveis e exigir o ressarcimento dos prejuízos que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DA LGPD

- 15.1. No âmbito da execução deste Contrato, as partes observarão rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente no que concerne ao tratamento de dados pessoais de pacientes e usuários do Programa de Insumos Hospitalares para Uso Domiciliar.
- 15.2. A CONTRATADA compromete-se a: (a) tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para os fins desta contratação; (b) adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteção dos dados pessoais; (c) não divulgar, transferir ou compartilhar dados pessoais com terceiros sem prévia autorização escrita do CONTRATANTE; e (d) comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.
- 15.3. O descumprimento das obrigações relativas à LGPD sujeitará a CONTRATADA, além das sanções previstas na Cláusula Décima Terceira, às penalidades previstas no art. 52 da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ANTICORRUPÇÃO E DE INTEGRIDADE

- 16.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência deste Contrato, conduta ética, íntegra e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção -, abstendo-se de praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública, seja no âmbito nacional ou estrangeiro.
- 16.2. É expressamente vedado à CONTRATADA: (a) prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público; (b) financiar, custear, patrocinar ou de qualquer forma subvencionar a prática de atos ilícitos; (c) dificultar atividade de investigação ou fiscalização por parte das autoridades; e (d) utilizar pessoa interposta para ocultar ou dissimular a prática dos atos vedados.
- 16.3. O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais aplicáveis, inclusive aquelas decorrentes da desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 14 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal 632/2026 no Decreto Municipais nº 06/2024 e demais normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e nos princípios gerais do Direito Administrativo e dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

18.1. O extrato deste Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar de sua assinatura, em atendimento ao disposto nos arts. 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Viseu, Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente instrumento é lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Viseu - PA, 06 de agosto de 2026

FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCACAO BASICA E VALORIZACAO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DE VISEU

CNPJ Nº 30.879.826/0001-33
CONTRATANTE

AUTO PARABRISA LTDA
CNPJ Nº 13.493.152/0001-15
CONTRATADO

Testemunhas

1ª Testemunha

Nome: _____
CPF: _____

2ª Testemunha

Nome: _____
CPF: _____